

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 909.932 SÃO PAULO

RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S) : MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE
RECDO.(A/S) : JOSÉ ROBERTO FERNANDES CASTILHO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : VANESSA KOMATSU E OUTRO(A/S)

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NO QUAL NÃO SE INFIRMAM OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA: INVIABILIDADE. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU. ALÍQUOTA PROGRESSIVA: REQUISITOS. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DA LEGISLAÇÃO LOCAL: INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 280 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

Relatório

1. Agravo nos autos principais contra inadmissão de recurso extraordinário interposto com base no art. 102, inc. III, al. *a*, da Constituição da República contra o seguinte julgado do Tribunal de Justiça de São Paulo:

“Apelação. Ação anulatória de lançamentos fiscais. Exercício de 2003 e seguintes. Progressividade no tempo. Inadmissibilidade. Progressividade extrafiscal que depende de lei específica para área

ARE 909932 / SP

incluída no plano diretor do município, nos termos do artigo 182, § 4º, da Magna Carta. Recurso provido”.

2. No recurso extraordinário, o Agravante alega contrariedade ao art. 182, § 4º, inc. II, da Constituição da República.

Assevera ter “o Município (...), seguindo a orientação da legislação federal, institu[ído] o IPTU progressivo em áreas não edificadas que sejam partes do perímetro urbano, através da Lei Complementar n. 113/2001 (...) em todos os itens exigíveis, a Administração Municipal tem obedecido o que dispõe a Lei [n. 10.257/2001]”.

3. O Tribunal de origem inadmitiu o recurso extraordinário ao fundamento de incidência da Súmula n. 279 deste Supremo Tribunal.

Na petição de agravo, sustenta-se que “a questão é saber se a lei municipal está afinada ou não com a Constituição Federal, no que se refere primeiramente à possibilidade e competência do Município para a instituição”.

Examinados os elementos havidos nos autos, **DECIDO**.

4. No art. 544 do Código de Processo Civil, com as alterações da Lei n. 12.322/2010, estabeleceu-se que o agravo contra inadmissão de recurso extraordinário processa-se nos autos do recurso, ou seja, sem a necessidade de formação de instrumento, sendo este o caso.

Analisam-se, portanto, os argumentos postos no agravo, de cuja decisão se terá, na sequência, se for o caso, exame do recurso extraordinário.

5. Razão jurídica não assiste ao Agravante.

6. O Agravante não infirma, no agravo interposto, todos os fundamentos da decisão agravada, não se manifestando sobre a

ARE 909932 / SP

incidência da Súmula n. 279 do Supremo Tribunal Federal.

A jurisprudência deste Supremo Tribunal consolidou-se no sentido de dever ser negado seguimento ao agravo no qual não se impugnam todos os fundamentos da decisão agravada:

“AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. A Agravante tem o dever de impugnar, de forma específica, todos os fundamentos da decisão agravada, sob pena de não provimento do agravo regimental” (AI n. 681.329-AgR, de minha relatoria, Primeira Turma, DJe 2.10.2009).

7. Ainda que se pudesse superar esse óbice, situação inexistente na espécie, a pretensão do Agravante não poderia prosperar.

8. A apreciação do pleito recursal exigiria a interpretação da legislação infraconstitucional aplicável à espécie (Lei Complementar municipal n. 113/2001 e Lei nacional n. 10.257/2001). A alegada contrariedade à Constituição da República, se tivesse ocorrido, seria indireta, a inviabilizar o processamento do recurso extraordinário. Incidência da Súmula n. 280 do Supremo Tribunal Federal:

“AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRIBUÁRIO. IPTU. ALÍQUOTA PROGRESSIVA. LEI N. 1.206/91. ACÓRDÃO QUE DECIDIU COM FUNDAMENTO NA LEGISLAÇÃO LOCAL. SÚMULA N. 280/STF. Controvérsia decidida com fundamento na legislação local. Incidência da Súmula n. 280 deste Tribunal. Precedentes. Agravo regimental a que se nega provimento” (AI n. 755.067-AgR, Relator o Ministro Eros Grau, Segunda Turma, DJe 4.12.2009).

“A repercussão geral pressupõe recurso admissível sob o crivo

ARE 909932 / SP

dos demais requisitos constitucionais e processuais de admissibilidade (art. 323 do RISTF). 2. O acórdão recorrido resolveu a controvérsia com fundamento na legislação infraconstitucional local (Leis Municipais de Ipatinga ns 1.206/1991 e 2.257/2006. Súmula 280 do STF, verbis: Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário. Precedentes: RE 385.946-AgR, Rel. Min. Carlos Velloso, segunda turma, DJ 14/10/2005, e AI 778.608-AgR, Rel. Min. Gilmar Mendes, segunda turma, DJe 22/10/2010” (AI n. 789.678-AgR, Relator o Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 5.12.2012).

“Os dados do acórdão recorrido não permitem subsumir o presente caso no Tema 523 (RE 666.156). Com efeito, o Tribunal de origem não fez qualquer menção a alíquotas diferenciadas para imóveis residenciais, não residenciais, edificadas e não-edificadas. Assim, a consideração dessa circunstância essencial – que, no precedente submetido à sistemática da repercussão geral e em outros casos (como o AI 859.096, de minha Relatoria), é tratada abertamente no acórdão recorrido – dependeria de incursão na lei local, o que, como se disse na decisão agravada, esbarra no óbice da Súmula n. 280/STF” (ARE n. 752.117-AgR, Relator o Ministro Teori Zavascki, Segunda Turma, DJe 18.10.2013).

Nada há, pois, a prover quanto às alegações do Agravante.

9. Pelo exposto, **nego seguimento ao agravo** (art. 544, § 4º, inc. I, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 6 de outubro de 2015.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora